

conforme estabelecem os arts. 2.005 e 2.006 do Código Civil; 6) A outorgante cedente estabelece que a presente cessão é feita com as cláusulas de inalienabilidade, incomunicabilidade, impenhorabilidade e reversão; 7) que não é empregadora; 8) que o seu estado civil encontra-se inalterado até a presente data; 9) que inexistente ação judicial fundada em direito real e pessoal reipersecutória sobre o imóvel objeto desta escritura, e que não há ônus reais incidentes sob o mesmo; O outorgado cessionário declara: 1) que aceita a presente escritura em todos os seus expressos termos; 2) que o seu estado civil encontra-se inalterado até a presente data. Eu, Escrevente, atendendo à

Avenida Afonso Vaz de Melo, 465, Piso 2, Via Shopping, Barreiro de Baixo Tel: (31) 3500-

ESTADO DE MINAS GERAIS

MUNICÍPIO E COMARCA DE BOCAIÚVA

CARTÓRIO DE PRIMEIRO OFÍCIO DE BOCAIÚVA

LETÍCIA FRANCO MACULAN ASSUMPÇÃO

_____ determinação contida no Provimento CGJ/MG nº 93/2020, orientei as partes sobre a possibilidade de obtenção das certidões dos distribuidores judiciais e certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, nos termos do artigo 642-A da CLT, com redação dada pela lei nº 12.440/2011, conforme artigo 2º da Recomendação nº 3 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, de 15 de março de 2012, para dar maior segurança ao presente negócio jurídico. Certifico que foram apresentados os seguintes documentos necessários à lavratura da presente escritura, neles incluídas as certidões de que trata o parágrafo 2º, do art. 1º, da Lei nº 7.433, de 18.12.1985, que ficam arquivados nesta Serventia: a) certidão de pagamento/desoneração do ITCD emitida em xx/xx/xxxx pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, referente à presente doação com reserva de usufruto, número de certificação do documento xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, relativa ao ITCD - “Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação” no valor de R\$ x.xxx,xx (xx), tendo sido concedido desconto no valor de R\$ x.xxx,xx (xxxxxxx, xxxxxxxxxxx x xxxxxxxxxxxx x xxxx xxxxxxxx), nos termos do Art. 10, Parágrafo Único, Inciso II, da Lei 14.941/2003, c/c Art. 23-A, Decreto nº 43.981/2005, pago DAE número xxxxxxxxxxx-xx, em xx/xx/xxxx, no valor de R\$ xx.xxx,xx (xxxxxxxx, xxxxxxxxxxx xxxxxxx x xxxx xxxxxx), sobre base de cálculo avaliada em R\$ xxx.xxx,xx (xx); b) declaração de bens e direitos emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais; c) certidão de quitação de IPTU/taxas imobiliárias nº xx.xxx.xxx - exercício 2022, código de controle: xxxxxxxxxxx, emitida pela Subsecretaria da Receita Municipal, Secretaria Municipal de Fazenda, Prefeitura Municipal de Bocaiúva/MG, via internet, em xx/xx/xxxx, válida até xx/xx/xxxx, na qual consta a inexistência de débitos municipais

(Escritura pública relativa a situação jurídica com conteúdo financeiro); Qtde.: 1; Emol. líq.: R\$ x.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx); RECOMPE: R\$ xx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx); TFJ: R\$ xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx); ISSQN: R\$ xx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx); Subtotal: R\$ x.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx). Cód.: 8101-8 (Arquivamento por folha); Qtde.: 10; Emol. líq.: R\$ xx,xx (xxxxxxx x xxxx xxxxx x xxxxxxx); RECOMPE: R\$ x,xx (xxxxxxxxxxxx x xxxxxxx); TFJ: R\$ xx,xx (xxxxx xxxxxx xxxxx x xxxxxxx); ISSQN: R\$ x,xx (xxxxxx xxxxx); Subtotal: R\$ xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx). Total final: R\$ x.xxx,xx (xxxxxx xxx x xxxxxxxxxxx x xx xxxxx x xxxx xxxxxxx). Eu _____ xxxx xxxxxxx xx xxxxx xxxxxx - Escrevente, a escrevi. Dou fé. Eu, xxxx xxxxxxx xx xxxxx xxxxxx - Escrevente., a subscrevo e assino. Sinal público em www.censec.org.br.(A). xxxxx xxxxxxxxxxx xxxxx xx xxxxxx, (x)xxxxxxxx xxxxx xx xxxxxxx.

R. Hélio Carneiro, 48 - Centro, (038) 3251-1430